

Área Temática: Administração pública, governo e terceiro setor (APG3)

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À DENGUE: UM ESTUDO DE CASO NO
MUNICÍPIO DE AFRÂNIO/PE**

RESUMO

Diante dos inúmeros casos de dengue frequentes na cidade de Afrânio/PE, o presente estudo objetivou analisar a percepção do gestor e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) sobre o desempenho das políticas públicas de combate à dengue no município. A fim de identificar quais políticas são utilizadas, foi analisado o Plano de Enfrentamento das Arboviroses elaborado para realizar ações de acordo com a realidade do município. A pesquisa é quali-quantitativa, bibliográfica, tem uma abordagem documental e como instrumento para coleta de dados foi aplicado um questionário (*survey*) contendo 15 questões fechadas e 02 questões abertas. Os resultados demonstraram aspectos positivos relativos às políticas públicas aplicadas contra a dengue, como também, a maioria das respostas são satisfatórias na visão dos respondentes. Contudo, constatou-se que existem ainda várias dificuldades e desafios para o controle da dengue, tendo como principal motivo a falta de colaboração da população. Por fim, algumas ações foram sugeridas para colaborar positivamente no enfrentamento da dengue.

Palavras-chave: Controle; Dengue; Eficácia; Políticas públicas; Prevenção.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the perception of the manager and the Agents for Combating Endemic Diseases (ACE) on the performance of public policies to combat dengue in the municipality. In order to identify which policies are used, the Plan for Coping with Arboviruses developed to carry out actions according to the reality of the municipality was analyzed. The research is quali-quantitative, bibliographic, has a documentary approach and as a tool for data collection, a questionnaire (*survey*) containing 15 closed questions and 02 open questions was provided. The results showed positive aspects to public policies applied against dengue, as well as, most of the responses are satisfactory in the view of the respondents. However, it was found that there are still several difficulties and challenges for the control of dengue, the main reason being the lack of collaboration by the population. Finally, some actions were suggested to collaborate positively in the fight against dengue.

Keywords: Control; Dengue; Effectiveness; Public Policies; Prevention.

1 INTRODUÇÃO

A dengue é uma doença que afeta diversos continentes, sendo mais frequente na América do Sul, incluindo o Brasil, que são áreas com clima tropical, quente e úmido. É uma doença antiga em que o vírus é transmitido por um vetor (o mosquito *Aedes aegypti*), porém, atualmente a sua disseminação continua devido à adaptação em centros urbanos e domiciliares. Em países com altos índices de incidências é necessário analisar e elaborar maneiras de conter essa epidemia que se instaura constantemente, visto que, além do clima contribuir efetivamente, há também as causas socioambientais, econômicas e políticas (MENDONÇA *et al.*, 2004).

Faz tempo que registros do *Aedes aegypti* começaram a surgir. No Brasil, por exemplo, há aparições desde 1846, com o passar do tempo foi evoluindo (TEIXEIRA *et al.*, 2001). Logo após 1986, a dengue atingiu dimensão epidemiológica, e com todos os seus avanços, em 2019 o Brasil alcançou 1.544.987 casos, ou seja, um aumento de 488% em relação ao ano de 2018, conforme os dados do Ministério da Saúde, cabe destacar que, 782 pessoas morreram em 2019 em todo o país (G1, 2020). O mosquito *Aedes aegypti* pode se desenvolver dentro ou nos arredores das casas, armazéns, hotéis, locais com vegetação e em diversos lugares que possuam água limpa. No entanto, foram feitos estudos que assinalam também a localização de focos do mosquito em água suja.

Em um terreno baldio, colheu-se um vasilhame de plástico, que tinha no seu interior centenas de ovos *Aedes aegypti* com água turva e com fedor fétido e um aspecto poluído. Nessa coleção de água encontram-se centenas de larvas, em todos os estágios. No laboratório, os ovos foram transferidos para tubos de polietileno, com água proveniente do campo e igual procedimento com água do sistema de abastecimento. Em ambos os casos, houve desenvolvimento completo do *Aedes aegypti* (MATA *et al.*, 2005, n.p.).

Diante de todos os aumentos dos casos, a dengue tem sido alvo de diversas campanhas de combate pelo país. Logo, percebe-se que mesmo com todas as medidas até então tomadas, ainda existem muitos pontos a serem melhorados. Desta forma, as esferas federais, estaduais e locais precisam elaborar formas de aplicar ações efetivas para garantia da saúde da população, uma vez que, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196 (Capítulo II, Seção II), diz que:

[...] a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

É preciso políticas públicas de engajamento, Bucci (2002) explica que as políticas públicas se resumem a um agrupamento de programas de ação governamental que alveja gerenciar os meios e recursos à disposição do Estado de maneira que consiga atingir os objetivos e demandas da sociedade que são relevantes e politicamente determinadas para resolução de problemas sociais.

Sendo assim, a participação da população é importante para elaboração, decisão e execução dessas políticas públicas, podendo ser através de audiências públicas, consultas públicas, dentre outros. Cabe ressaltar também que, com o Plano de Erradicação do *Aedes aegypti* (PEAa), elaborado pelo Ministério da Saúde, foram implantadas determinadas ações e que foram divididas em nove áreas de atuação, sendo elas: 1) Entomologia; 2) Operações de campo de combate ao vetor; 3) Vigilância de portos, aeroportos e fronteiras; 4) Saneamento; 5) Informação, educação e comunicação social; 6) Vigilância epidemiológica e sistema de informações; 7) Laboratório; 8)

Desenvolvimento de recursos humanos; e 9) Legislação de suporte (BRAGA; VALLE, 2007).

Porém, o PEAa não teve o resultado esperado, podendo ter sido pela não realização das ações em todos os municípios, como também a paralização ou cumprimento irregular das atividades. Logo, é preciso obter uma melhor análise acerca da percepção da população em si, dos agentes envolvidos e gestores.

No município de Afrânio, em Pernambuco, esse cenário não é diferente. Assim, este estudo tem o objetivo de analisar a percepção do gestor e dos agentes de endemias sobre o desempenho das políticas públicas de combate à dengue no município de Afrânio/PE. Como objetivos específicos, pretende-se: a) identificar quais políticas públicas estão sendo aplicadas para o combate à dengue; b) levantar as principais dificuldades e desafios encontrados para o controle da dengue na cidade; e c) sugerir ações que possam colaborar positivamente no enfrentamento da dengue.

O presente estudo se justifica pelos inúmeros casos de dengue que são registrados todos os anos no município de Afrânio, e assim se faz necessário analisar quais políticas públicas vêm sendo adotadas por parte da gestão municipal, dos agentes de endemias, bem como tem sido a colaboração da comunidade no combate a esse vetor.

Para se obter um maior controle da dengue, já que sua eliminação por completo é praticamente impossível, é necessário todo um esforço coletivo envolvendo as ações que a prefeitura efetua, todo o trabalho que os agentes desenvolvem na inspeção das moradias, dos terrenos e locais propícios a criadores do *Aedes aegypti*. Com isso, essa pesquisa aborda qual a realidade que a gestão tem enfrentado, se as políticas empregadas vêm tendo eficácia comprovada, se as ações de conscientização da população têm causado resultados positivos. Dessa forma, esse estudo tem significativa relevância para gestão e os demais envolvidos, poderá contribuir efetivamente para melhoria e até a construção de novas políticas públicas em prol do bem comum da população da cidade de Afrânio/PE.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Breve Histórico de Dengue no Brasil e em Pernambuco

A dengue é transmitida por mosquitos do gênero *Aedes*, sendo o *Aedes aegypti* seu principal hospedeiro, ele é um mosquito que se adapta facilmente aos lugares, e que sua proliferação se tornou favorável com a modernização das cidades, com as falhas no abastecimento de água, falhas de limpeza urbana, saneamento básico inadequado e pelas mudanças climáticas. Desde 1976, com a reintrodução desse vetor no Brasil, visto que as práticas de combate eram precárias, as políticas públicas ineficazes, não resolveram, e ele vem crescendo (BRASIL, 2002).

Em 1996, devido aos insucessos, o Ministério da Saúde propôs o Programa de Erradicação do *Aedes aegypti*, ainda que não tenha funcionado perfeitamente, impulsionou para a atuação multissetorial e a conduzir para um modelo descentralizado de combate à doença, com a participação das três esferas de governo, Federal, Estadual e Municipal. Por conseguinte, o Ministério da Saúde criou um novo programa, o Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD) que visa agrupar os exemplos das experiências nacionais e internacionais de controle da dengue. Com isso, naquela época foi constatado que 70% dos casos ocorriam em regiões metropolitanas, com mais de 50.000 habitantes, com isso quanto maior a cidade maior será o número de casos da doença (BRASIL, 2002).

Em relação ao estado de Pernambuco, esse já registrou dados significativos da doença nos anos de 1987, 1995, sendo que em 1996 de fato se sucedeu o primeiro dado de morte ocasionada por dengue hemorrágica, e posteriormente mais casos foram detectados em 1998 e 2002. Sendo assim, diante dessas curvas crescentes que a dengue apresenta, Cláudio Duarte, secretário executivo de Gestão e Vigilância em Saúde, fez a seguinte avaliação para a deficiência dos cuidados preventivos da população:

[...] além do clima propício para a proliferação da dengue, as condições estruturais e socioeconômicas também dificultam o controle da doença. Por isso, a população não pode esquecer que a solução do problema depende da colaboração dela no combate e controle dos focos de mosquitos, coordenada, claro, pelos gestores em saúde (PERNAMBUCO, 2007).

Ainda de acordo com a situação das arboviroses de Pernambuco, atualmente foram obtidos em 2020, 32.877 casos suspeitos de dengue constatados em 23/11/2020, sendo sujeitos a modificações, presentes em todas as cidades, bem como dos 185 municípios, 147 municípios confirmaram os casos, identificando uma redução de 47,3% comparado a mesma época do ano anterior 2019, contudo algumas regiões tiveram aumentos dos casos, sendo que o município de Afrânio/PE, faz parte dessas regiões (PERNAMBUCO, 2020).

Ademais, segundo os dados epidemiológicos do município de Afrânio, foram notificados no ano de 2020, 577 casos de dengue. Destes, 86 foram confirmados, 75 descartados e 416 pacientes notificados não compareceram para realização da sorologia de dengue (AFRÂNIO, 2020).

2.2 Políticas Públicas de Combate à Dengue

O Estado demonstra suas ações através da criação e aplicação das políticas públicas, fazendo assim intervenções sobre a sociedade e as instituições. As políticas públicas têm seu alvo direcionado para públicos específicos, e objetivos definidos para alcançar, quando isso não ocorre efetivamente, se faz necessário avaliar a eficácia das políticas públicas empregadas, constatando os objetivos pretendidos e os resultados efetuados (SILVA *et al.*, 2007).

Visto isso, o Programa Nacional de Controle à Dengue, é elaborado pelo Ministério da Saúde e procura interligar as experiências nacionais e internacionais e que de maneira geral vigora em todo o Brasil, tendo como objetivo reduzir a infestação predial, reduzir o número de casos de dengue e reduzir a letalidade por febre hemorrágica através da união dos esforços federais, estaduais e municipais para terem subsídios no combate de epidemias (BRASIL, 2002).

Vale ressaltar que, uma mesma política pode apresentar resultados diferentes dos demais locais empregados, pois são vários fatores que contribuem para essa instabilidade de resultados, sejam características sociodemográficas, atividades socioeconômicas dos locais, a própria formação dos profissionais envolvidos influencia, a organização das instituições, as ferramentas de ação e confiabilidade da direção política da intervenção, todos esses aspectos possuem relação e influência nos resultados (SILVA *et al.*, 2007).

Muller (2003) complementa dizendo que, o desempenho de uma determinada política pública é fundamentalmente uma construção social, em que seu sucesso será derivado de diversos fatores favoráveis da sociedade e do sistema político presente.

Diante do exposto, para o controle da dengue é necessário empenho em avaliar as atuações que estão sendo realizadas, organizar os serviços de saúde, analisar as

dificuldades encontradas, requerer ações Inter setoriais, e assim, aperfeiçoar ou designar novas políticas públicas de acordo com o contexto sociocultural e a demanda, além de analisar como a população distingue os determinantes da doença e as formas de prevenção (SANTOS *et al.*,2011).

Relativo a isso, no Plano de Enfretamento das Arboviroses da cidade de Afrânio consta ações elaboradas para serem realizadas de acordo com a Situação Epidemiológica do município. O quadro 1 apresenta algumas dessas ações:

Quadro 1 – Plano de Enfretamento das Arboviroses

Plano de Enfretamento das Arboviroses
✓ Orientar o desenvolvimento das ações de forma articulada e integrada entre atenção básica e epidemiologia;
✓ Adquirir um veículo para as atividades da Vigilância Epidemiológica direcionados para ações de dengue;
✓ Adquirir capas para vedação de depósitos vulneráveis, aquisição de materiais de campo e fardamentos;
✓ Orientar a população sobre a forma de evitar e eliminar locais que possam oferecer risco para a formação de criadouros do <i>Aedes aegypti</i> ;
✓ Realizar 06 pesquisas de Levantamento de Índice Rápido de <i>Aedes aegypti</i> (LIRAA) durante o ano;
✓ Realizar levantamento de índice e tratamento na zona rural; realizar coleta para realização de sorologia em 100% dos casos;
✓ Realizar exames de apoio ao diagnóstico hemograma completo, prova do laço;
✓ Reforçar as capacitações locais sobre a manifestação clínica diagnóstico, tratamento, reabilitação, grupos de risco e fluxo assistencial;
✓ Assegurar os insumos necessários a rede de atenção primária: realizar atividades educativa com a comunidade;
✓ Divulgar de forma adequada as medidas de ações realizadas;
✓ Articular com Secretaria de Educação Infraestrutura, Ação Social, Igrejas Evangélicas e Católicas, informando e conscientizando sobre o desenvolvimento das ações educativas e eliminação de criadouros do mosquito <i>Aedes aegypti</i> ;
✓ Realizar supervisões nas pesquisas LIRAA;
✓ Supervisões em imóveis por ciclo de tratamento na zona urbana e rural;
✓ Iniciar ciclos de mutirão nos finais de semana aos bairros com maior número de notificações e com LIRAA elevado; e
✓ Além de atividades educativas sobre as doenças transmitidas pelo mosquito.

Fonte: (AFRÂNIO, 2020).

2.3 O Papel dos Gestores, dos Agentes de Endemias e da Comunidade no Controle da Dengue

Para maior efetividade das ações a serem realizadas no controle da dengue é importante previamente a capacitação de todos os profissionais envolvidos, Loch-Neckel (*et al*, 2009) declara também que a formação dos profissionais de saúde representa um dos principais motivos que dificultam a prática da interdisciplinaridade no trabalho em equipe, que por sua vez preza os conhecimentos técnicos e minimiza as práticas populares da comunidade. Como também, pode acarretar no privilégio do trabalho individual em vez do coletivo, o que dificulta a união da equipe e a aplicação da prática necessária (LOCH- NECKEL *et al.*, 2009).

Os gestores têm papel importante dentro de sua esfera municipal, eles devem implantar políticas públicas de prevenção e combate da dengue envolvendo várias áreas para que o trabalho ocorra com eficácia como limpeza urbana, educação, saneamento, defesa civil, dentre outros. Além disso supervisionar a ocorrência de casos, óbitos, indicadores entomológicos do município; dispor de equipes capacitadas; vigilância epidemiológica e combate ao vetor; certificar que atividades de combate ao vetor e levantamentos entomológicos estão sendo realizadas; disponibilizar insumos básicos; e, garantir rede de atenção à saúde para o atendimento apropriado aos pacientes com dengue (BRASIL, 2009).

Por sua vez os Agentes de Combates às Endemias (ACEs) atuam na prática do combate, procurando possíveis focos do mosquito da dengue, como eliminando-os também, vale ressaltar que eles atuam no controle de outras endemias como malária, doença de chagas, dentre outras. Esses profissionais devem trabalhar de forma associada às equipes de atenção básica e da comunidade inserida, onde mantém contato direto com a população orientando, e partilhando conhecimentos de como evitar criadouros do *Aedes aegypti* em suas moradias (OLIVEIRA, 2014).

Outro fator decisivo é a comunidade, a sua participação e colaboração é fundamental no controle da dengue, a população deve ter sensibilização diante da problemática que é a dengue, e se conscientizar que é peça importante juntamente com o agente de endemias e o gestor do município, buscar fazer sua parte mantendo a higiene e inspeção constante do seu ambiente doméstico, visto que a falta de cuidados de um vizinho pode afetar o outro que segue todas as medidas de prevenção. Há ainda casos que precisam ser trabalhados de resistência dos moradores que não dão a devida importância para as orientações dadas, e dos imóveis fechados (OLIVEIRA, 2014).

Visto isso, o controle desse vetor só é possível com a colaboração comprometida entre os gestores, os agentes de endemias e a comunidade, pois é através do trabalho com cooperação mútua e integrada, que os objetivos comuns para resolução dos problemas são alcançados.

3 METODOLOGIA

A pesquisa aqui desenvolvida é caracterizada como quali-quantitativa, em que foi utilizado o questionário semiaberto como instrumento de coleta para analisar a percepção dos respondentes quanto as políticas públicas de combate à dengue da cidade. É quantitativa, pois ela se caracteriza pela utilização de instrumentos estatísticos, na coleta de dados e no tratamento dos dados, procurando medir e quantificar os resultados obtidos, e então comparar os vínculos existentes entre as variáveis da pesquisa, além de medir as opiniões e atitudes (ZANELLA, 2009). É qualitativa, pois dados qualitativos são utilizados em pesquisas de cunho descritivo nas quais se pretende compreender um fenômeno complexo em sua totalidade (NEVES, 1996).

Essa pesquisa também se enquadra como bibliográfica, pois inicialmente foram feitas pesquisas tendo como base os principais materiais já publicados, apresentando um resumo geral, construídos a partir da literatura, a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base em material já elaborado, como livros, teses, jornais, revistas, artigos científicos nos portais SciELO, Google Acadêmico e material publicado na internet (GIL, 2002).

Além disso, tem uma abordagem documental, na qual emprega fontes documentais de segunda mão, que são as fontes secundárias disponibilizadas pela secretaria municipal de saúde de Afrânio/PE, podendo ser qualitativa ou quantitativa, como relatórios, e o Plano de Enfrentamento das Arboviroses da cidade que visou identificar quais as políticas públicas estavam sendo aplicadas para o combate à dengue, dados epidemiológicos, boletins, dentre outras (ZANELLA, 2009).

Por fim, cabe ressaltar que como instrumento para coleta de dados foi elaborado um questionário (*survey*), redigido de forma simples e objetiva, com o intuito de facilitar a fácil compreensão, contendo 18 questões fechadas e 02 questões abertas, divididas em dois blocos, dirigidas à coordenadora de vigilância em saúde e aos agentes que atuam diretamente no combate à dengue (Apêndice A). O primeiro bloco contém três questões que dizem respeito ao perfil dos respondentes (gênero, idade, formação).

Já, o segundo bloco, que contém as questões referentes ao objetivo geral e aos objetivos específicos do presente estudo, é composto de 17 questões, sendo 15 em escala *likert* de múltipla escolha e 02 questões abertas que buscam descrever a percepção dos respondentes em relação às principais dificuldades encontradas para o controle da dengue na cidade e se existem mais ações que os mesmos julgam importantes e que podem ser aplicadas na cidade.

A coleta de dados foi realizada no mês de dezembro de 2020, tendo sido enviada à Coordenação de Vigilância em Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias do município de Afrânio, por meio do *Google* Formulários e entregues localmente.

Cabe ressaltar que, o município possui 8 ACEs, mas para o presente estudo de caso foram considerados somente 4 ACEs que atuam diretamente no combate à dengue, pois os outros 4 atuam no combate à leishmaniose e à doença de chagas que não é foco da presente pesquisa. Diante do exposto, pretende-se com esse método obter informações sobre características, dificuldades e opiniões sobre determinadas ações realizadas na cidade (ALYRIO, 2009).

A análise e discussão de resultados são apresentadas na seção seguinte e foram utilizadas análises de estatística descritiva para as questões fechadas e análise de conteúdo para as questões abertas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi desenvolvida objetivando abranger ao máximo os objetivos específicos do estudo, tendo sido as informações coletadas através de um questionário aplicado à coordenadora de vigilância em saúde e aos quatro agentes que atuam diretamente no combate à dengue, no município de Afrânio/PE. O quadro 1 apresenta o perfil dos respondentes da presente pesquisa.

Quadro 1 – Perfil dos respondentes

Respondente	Gênero	Idade	Grau de escolaridade
Agente 1	Masculino	Entre 18 e 30 anos	Ensino médio completo
Agente 2	Masculino	Entre 41 e 50 anos	Ensino médio completo
Agente 3	Masculino	Mais de 51 anos	Graduação incompleta
Agente 4	Masculino	Entre 41 e 50 anos	Ensino médio completo
Coordenadora de Vigilância em Saúde	Feminino	Entre 41 e 50 anos	Graduação completa

Fonte: elaboração dos autores.

Ao analisar o quadro 1, é possível verificar os resultados das informações de perfil dos respondentes desta pesquisa, em que quatro pessoas são Agentes de Combate às Endemias do gênero masculino e somente a Coordenadora de Vigilância em Saúde é do gênero feminino. Dos respondentes, três deles fazem parte da faixa etária entre 41 e 50 anos, um possui idade entre 18 e 30 anos e outro possui mais de 51 anos.

Com relação ao grau de escolaridade, verifica-se que a maioria dos respondentes possuem o ensino médio completo, que inclusive é requisito básico de formação para atuar como profissional de ACEs, ademais um apresenta graduação incompleta e outro respondente possui graduação completa.

Após a definição de perfil, procedeu-se a análise da percepção dos respondentes quanto às políticas públicas de combate à dengue no município de Afrânio. Os quadros 2, 3 e 4 apresentam as 15 perguntas em escala *likert* de múltipla escolha com as respectivas respostas dos respondentes.

Quadro 2 – Percepção dos respondentes quanto às políticas públicas de combate à dengue

Questões	Opções dos respondentes				
	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

Você está satisfeito (a) com as políticas públicas empregadas no combate à dengue da cidade?				5	
A gestão tem implantado com frequência políticas públicas de prevenção e combate à dengue envolvendo educação, saneamento e limpeza urbana?				5	
Você acha que o Plano de Enfrentamento das Arboviroses do município tem obtido bons resultados?				2	3
Você considera que principalmente na época das chuvas as ações empregadas pelo município em relação ao <i>Aedes aegypti</i> são satisfatórias?		1	1	1	2
Você considera importante as políticas públicas na educação para que estudantes tenham mais consciência sobre como evitar criadouros?					5

Fonte: elaboração dos autores.

Ao analisar o quadro 2, logo na primeira questão específica do tema, quando questionados se estão satisfeitos com as políticas públicas empregadas no combate à dengue da cidade, todos afirmaram que estão concordando parcialmente, ou seja, estão parcialmente satisfeitos com as políticas públicas aplicadas no município, entretanto ainda é possível estabelecer melhorias nas ações aplicadas na cidade.

Quando se questionou se a gestão atual tem implantado com frequência políticas públicas de prevenção e combate à dengue envolvendo educação, saneamento e limpeza urbana, todos os cinco respondentes foram unânimes ao afirmarem que concordam parcialmente. Esse resultado, apesar de positivo, percebe-se que há espaço para melhorias, na percepção dos respondentes, quanto à frequência de implantação de políticas públicas.

Ademais, outro aspecto analisado foi se os profissionais atuantes consideravam que o Plano de Enfrentamento das Arboviroses do município tem obtido bons resultados, e basicamente todos estão satisfeitos com o plano desenvolvido, conforme as afirmativas que concordavam totalmente na maioria com três das respostas e parcialmente em sua minoria com duas afirmativas, demonstrando que o município tem criado boas políticas públicas.

Outro questionamento, foi se os respondentes consideravam que, principalmente na época das chuvas, as ações empregadas pelo município em relação ao *Aedes aegypti* são satisfatórias. Foram obtidas duas respostas que concordavam totalmente, uma resposta concordando parcialmente, outro agente discordou parcialmente, e por fim um outro agente afirmou resposta indiferente.

A última pergunta referente às políticas públicas sobre à dengue na cidade, objetivou saber se os respondentes consideram importante políticas públicas na educação para que os estudantes tenham mais consciência sobre como evitar criadouros, constatou-se que todos os respondentes afirmaram concordar totalmente nesse quesito, demonstrando que essas ações devem ser mantidas ou reforçadas para que a comunidade seja mais consciente em relação às boas práticas de combate à dengue.

Quadro 3 – Análise das condições de trabalho dos ACEs e a interação entre as equipes

	Opções dos respondentes
--	--------------------------------

Questões	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
A gestão disponibiliza de boa estrutura de trabalho, armazenamento correto dos materiais, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) apropriados?		2		2	1
Você está satisfeito com a interação entre as equipes de Agentes de Combate às Endemias (ACE), Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Atenção Básica?	2	1		2	
Você considera a equipe de ACE é totalmente capacitada para o desempenho das atividades?		1		1	3
Você considera o número de ACEs suficientes para inspecionar todos os imóveis?	3	1		1	
Você tem dificuldades em realizar o seu trabalho?	1		1	2	1
Você considera boa a colaboração entre gestores, Agentes de Combate às endemias e a comunidade?		1		3	1

Fonte: elaboração dos autores.

Em relação a questão do quadro 3 sobre se a gestão disponibiliza de boa estrutura de trabalho, armazenamento correto dos materiais, e todo o Equipamento de Proteção Individual (EPI) apropriados para cada tarefa, foi constatado que dois respondentes afirmam que concordam parcialmente, e outro respondente concorda totalmente com esse quesito da gestão. No entanto, os agentes três e quatro discordam dos demais, afirmando que discordam parcialmente, apontando assim, além da divergência na resposta, que pode haver carência em algum dos fatores analisados nessa questão. Nesse sentido, torna-se importante investigar esse fator mais profundamente, buscando sanar essas deficiências.

Posteriormente, quando indagados se estão satisfeitos com a interação entre as equipes de Agentes de Combate às Endemias, Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Atenção Básica, houve opiniões divergentes novamente, sendo que dois profissionais responderam que concordam parcialmente, dois discordam totalmente e um profissional respondeu que discorda parcialmente. Essas respostas sinalizam que esse ponto precisa de melhorias, pois a interação entre as equipes é essencial para a eficiência e atingimento de bons resultados, uma vez que, na área da saúde se deve buscar a articulação sistemática da vigilância epidemiológica com a Atenção Básica, incluindo as atividades para potencializar o trabalho e prevenir duplicidade das ações entre ACS e ACE, essa interação possibilitará o ACS encaminhar os casos suspeitos e confirmados de dengue ao ACE para que possam verificar e atender em tempo hábil, dentre outras ações (BRASIL, 2009).

A seguinte pergunta foi se os respondentes consideravam a equipe de ACE totalmente capacitada para o desempenho das atividades do trabalho a ser desenvolvido,

e observou-se que três respondentes concordaram totalmente nesse quesito, um concordou parcialmente e um discordou parcialmente.

Relativo ao quantitativo de profissionais atuando no combate à dengue, três respondentes discordaram totalmente que os números de ACEs são suficientes para inspecionar todos os imóveis, um respondente discordou parcialmente e um respondente concordou parcialmente. Portanto, constatou-se a predominância de insatisfação ao quantitativo de agentes atuando, dessa forma, é importante salientar que as diretrizes nacionais indicam como padrão um agente disponível para cada 800 a 1.000 imóveis, sendo equivalente a visitas diárias de 20 a 25 imóveis/dia, alcançadas com carga horária de oito horas diárias, contudo essa carga horária pode ser muito sobrecarregada e comprometer a qualidade do serviço, como também existem os empecilhos que impedem as inspeções 100%. Diante desse questionamento, é importante o gestor responsável avaliar melhor, e montar uma equipe maior para realizar as intervenções contra o vetor (BRASIL, 2009).

A seguinte pergunta foi se os profissionais encontravam dificuldades em realizar o seu trabalho, e com os resultados obtidos, verificou-se que dois respondentes afirmaram que concordam parcialmente, um afirmou concordar totalmente, porém um afirmou discordar totalmente, enquanto a outra afirmativa foi de indiferença. Posto isso, é notório que pode haver diversos fatores que dificultam a realização do trabalho dos ACEs, então cabe à equipe, juntamente com os superiores, discutirem quais os problemas existentes e buscarem soluções cabíveis para que não haja comprometimento do trabalho.

Em relação a pergunta se os participantes da pesquisa consideravam boa a colaboração existente entre gestores, Agentes de Combate às Endemias e a comunidade, três afirmaram concordar parcialmente, um concordou totalmente, no entanto, um respondente discordou parcialmente. Percebe-se aqui oportunidades de melhorias quanto à gestão e colaboração entre gestores e agentes.

Quadro 4 – Percepção dos respondentes quanto aos aspectos relacionados a população

Questões	Opções dos respondentes				
	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
O número de visitas domiciliares está de acordo com a realidade do município?				4	1
Você tem um bom relacionamento com a população?				1	4
A comunidade colabora no controle da dengue?	1	3		1	
A comunidade dá a devida importância para as orientações dadas?	1	3		1	

Fonte: elaboração dos autores.

Os resultados sobre o quadro 4 no que diz respeito às visitas domiciliares, a maioria concordou parcialmente que o número de visitas domiciliares está de acordo com a realidade atual do município, sendo que o agente um afirmou concordar totalmente com esse ponto, sinalizando percepções positivas em relação ao número de visitas.

Quando os ACEs e a Coordenadora de Vigilância em Saúde foram questionados

se possuíam um bom relacionamento com a população, as respostas foram satisfatórias, pois a maioria concordou totalmente e somente um profissional concordou parcialmente, dessa maneira, observa-se que é um aspecto positivo, uma vez que, o bom relacionamento entre os profissionais e a população auxilia no bom entendimento entre si e posteriormente a colaboração.

Por conseguinte, quando perguntados se a comunidade colabora no controle da dengue, averiguou-se que a maioria discordava, sendo composto por três respondentes que discordaram parcialmente, um que discordava totalmente e um respondente afirmou concordar parcialmente, representando a minoria. Essas opiniões e afirmativas demonstram que a comunidade é dos principais fatores negativos que impedem o controle da dengue.

Ainda relativo à comunidade, quando questionados se a comunidade dá a devida importância para as orientações dadas, três respondentes afirmaram discordar parcialmente, um respondente afirmou ainda discordar totalmente, contudo um respondente afirmou concordar parcialmente. Nesse sentido, percebe-se que há divergências de percepções sobre as informações prestadas pelos agentes e isso pode estar atrelado à aspectos da comunidade em si, vez que os agentes atuam em diferentes regiões da cidade.

Com relação as questões abertas, na primeira questão foi abordado quais as principais dificuldades encontradas para o controle da dengue na cidade e os resultados demonstraram que a maior dificuldade no controle à dengue refere-se justamente à conscientização e colaboração da população da cidade. Para o respondente um, “a principal dificuldade é a população que as vezes não colabora com os agentes! ”. O respondente dois relata que “a falta de consciência de alguns moradores que não dão importância para o nosso trabalho”. Para o respondente três “existem muitas resistências, por parte de alguns moradores, mas tem a minoria que não dá credibilidade ao trabalho dos agentes de endemias, e que cada um faça a sua parte, só assim juntos podemos vencer o mosquito”. Para o respondente quatro, a maior dificuldade está na “falta de colaboração da população em manter os reservatórios bem fechados”. E, por fim, o respondente cinco comenta sobre a “falta de conscientização da população; número de agentes de endemias insuficiente; falta de um transporte exclusivo para as ações de combate à dengue”.

Diante das respostas da primeira questão aberta, percebe-se que todos os respondentes compreendem que a maior dificuldade é a falta de colaboração da comunidade, pois a população poderia ser mais consciente e colaborar com as ações de combate à dengue, uma vez que poderiam diminuir consideravelmente o número de pessoas com doenças oriundas do mosquito, e assim conseguir o controle dessa doença viral. Porém, muitas pessoas não dão importância para o trabalho dos agentes, e também para o seu próprio papel mediante o controle da dengue, resultando na dispersão do vetor (SARAIVA, 2012).

Na última questão aberta, foi abordado se na opinião dos participantes existem mais ações que podem ser aplicadas na cidade, e se sim, quais, com isso, foram obtidas as seguintes afirmativas:

sim, poderia fazer o uso de carros de som, para poder conscientizar a população e conseqüentemente poderia ter palestras em escolas ou até mesmo no memorial, onde o foco é sobre o combate à dengue; e seus devidos cuidados, que é de fundamental importância para a saúde pública (Respondente um).

“Sim, medidas de prevenção como campanhas educativas, divulgação audiovisual (carro de som, panfletos, cartazes) e mutirões de limpeza, capacitação/atualização

técnica dos ACEs e contratação de novos agentes” (Respondente dois).

“Palestras nas escolas; fazer chamadas em carro de som/rádio; fazer teatros, ilustrações, etc.; e ter a população sempre bem informada, em relação ao índice predial da cidade” (Respondente três).

“Sim, fazer palestras educativas nas escolas, fazer mutirões antes das chuvas, criar uma multa para moradores reincidentes em deixar criar fogos em suas casas” (Respondente quatro).

“Sim. Mais interação entre os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias; medidas punitivas mais severas à população quando esta não colabora com o controle da dengue” (Respondente cinco).

Ao analisar as respostas, pode-se verificar diversas sugestões de melhorias, em sua maioria os respondentes sugeriram ações que podem ser aplicadas na cidade como carro de som, palestras em escolas, bem como, no memorial que é um espaço já utilizado para atividades semelhantes, mutirões de limpeza, principalmente antes das chuvas. Foi sugerida, ainda, multa para aqueles moradores que não colaboram fazendo a sua parte, sendo esta uma punição mais séria e considerando que no início pode haver revolta da população, mas compreende-se que depois irão entender que é uma medida necessária. Este apontamento reforça a percepção dos entrevistados que uma das principais dificuldades é a colaboração da população. Ademais, os respondentes também citaram campanhas, panfletos e cartazes que poderiam ser distribuídos pela cidade, a contratação de novos agentes e também a capacitação técnica desses profissionais. Nesse sentido, outros autores também obtiveram resultados semelhantes de possíveis ações como os mutirões, contratação de novos profissionais e campanhas (SARAIVA, 2012).

5 CONCLUSÃO

O presente estudo de caso, abordou a eficácia das políticas públicas de combate à dengue aplicadas no município de Afrânio/PE a partir da percepção dos entrevistados (coordenadora e agentes envolvidos no combate à dengue), visto que, assim como ocorre em todo Brasil, todos os anos são notificados e registrados inúmeros aumentos dos casos de dengue ano após ano na cidade.

A partir das leituras e análises dos resultados obtidos nos questionários aplicados aos Agentes de Combate às Endemias e a Coordenadora de Vigilância em Saúde foi constatado que a cidade possui boas políticas públicas de combate ao vetor, baseados nas respostas de satisfação dos respondentes. No entanto, alguns pontos foram sinalizados e poderiam ser analisados pela gestão e melhorados, como por exemplo sobre o quantitativo de agentes e referentes à percepção de boa estrutura de trabalho, armazenamento correto dos materiais e Equipamento de Proteção Individual (EPI) apropriados para cada tarefa, mas no geral, as percepções dos respondentes foram satisfatórias em relação às políticas aplicadas no município.

Além disso, foi constatado que a principal dificuldade encontrada para o controle da dengue é a falta de colaboração e participação da comunidade no controle da dengue, e também foram coletadas as sugestões de ações que podem ser aplicadas na cidade como carro de som, mutirões, campanhas e multa para moradores reincidentes, outro ponto relevante que em sua maioria teve resultado positivo, mas que é preciso melhorias é a interação entre gestores, ACEs, ACSs, e comunidade, pois para haver o controle e atendimento em tempo hábil é preciso essa interação efetiva.

Portanto, os objetivos propostos foram respondidos, embora a comunidade não

tenha participado do questionário, os achados desse estudo podem colaborar e fundamentar futuras discussões para melhorias e novas construções de políticas públicas, tendo em vista que é necessário maior participação e comprometimento da população para evitar possíveis criadouros do mosquito, além de mais ações eficazes. Sugere-se como trabalhos futuros, a aplicação de questionários junto à população para realizar comparações e analisar as políticas do ponto de vista da população.

REFERÊNCIAS

AFRÂNIO, Prefeitura Municipal de Afrânio. **Plano de Enfrentamento das Arboviroses**.2020.

ALYRIO, Rovigati Danilo. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Administração**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. 286 p.

BARBOSA, X. C. **Território e saúde: políticas públicas de combate à dengue em Porto Velho/RO, 1999-2013**. Porto Velho, 2015.

BRAGA, Ima Aparecida; VALLE, Denise. *Aedes aegypti*: histórico do controle no Brasil. **Epidemiologia e serviços de saúde**, v. 16, n. 2, p. 113-118, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes nacionais para prevenção e controle de epidemias de dengue**. Brasília, 2009. 162p.

BRASIL. **Programa Nacional de Controle de Dengue** – instituído em 24 de julho de 2002. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Brasília, 2002. 34p.

BUCCI, M. P. D. **O conceito de política pública em direito**. Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2002.

G1. **Brasil teve aumento de 488% nos casos de dengue em 2019**. 13 jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/01/13/brasil-teve-aumento-de-488percent-nos-casos-de-dengue-em-2019.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2020.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas 2002.
LOCH-NECKEL, G. *et al.* Desafios para a ação interdisciplinar na atenção básica: implicações relativas à composição das equipes de saúde da família. **Ciênc. saúde coletiva [online]**. 2009, vol.14, suppl.1, pp. 1463-1472.
MATA, C. L. *et al.* Espacialização do número de ocorrência dos casos de dengue em Goiânia- GO. In: Congresso de Pesquisa e Extensão da UFG – CONPEEX, 2., 2005, Goiânia. **Anais eletrônicos do II seminário PROLICEN [CD-ROM]**, Goiânia: UFG, 2005. n.p.

MEDONÇA, F. A. *et al.* Clima e dengue: abordagem introdutória da evolução da dengue

na região Sul do Brasil. **VI Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica, Aracaju/SE, 2004b. CD-ROM, 2004.**

MULLER, P. **Les politiques publiques**. 5. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2003. 127 p.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, v.1, n. 3, São Paulo, 1996. Disponível em: encurtador.com.br/kDFPU. Acesso em: 15 jan. 2021.

OLIVEIRA, E. da S. Os Desafios no Trabalho dos Agentes de Combate à Dengue no Município de Assis Chateaubriand-Pr. **Revista ISSN**, Belford Roxo, v. 2179, p. 5037, 2014.

PERNAMBUCO. **SES prepara mobilização contra a dengue**. Governo do Estado de Pernambuco/ Secretaria De Saúde do Estado de Pernambuco. Recife, 2007.

PERNAMBUCO. **Situação epidemiológica das arboviroses**. Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco. Pernambuco, 23 nov. 2020. Disponível em: <http://www.cievspe.com>. Acesso em: 28 dez. 2020.

SANTOS, S. L. dos. *et al.* Conhecimento, atitude e prática sobre dengue, seu vetor e ações de controle em uma comunidade urbana do Nordeste. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 1319-1330, 2011.

SARAIVA, L. de A. **Relato de caso sobre as ações adotadas pelo município de Ijuí/RS no enfrentamento da epidemia de dengue em 2010**. Especialização em Saúde Pública. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/56817>. Acesso em: 02 fev. 2021.

SILVA, J. S. *et al.* A dengue no Brasil e as políticas de combate ao *Aedes aegypti*: da tentativa de erradicação às políticas de controle. **Hygeia: revista brasileira de geografia médica e da saúde**, v. 4, n. 6, 2008.

SILVA, M. R. *et al.* Histórico da ocupação e uso da terra na microbacia do córrego do Sapo, em Jataí - GO. **Revista INTERGEO: interações no espaço geográfico**. Departamento de geografia do ICHS. Rondonópolis-MT, 2002.

SILVA, N. J. R. da *et al.* Modelo teórico de análise de políticas públicas e desenvolvimento: um exemplo de aplicação na piscicultura. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 43-66, 2007.

SPADA, R. K. **Análise comparativa das eficácias e dos entraves do programa nacional de controle da dengue (PNCD) nos municípios de Catanduva/SP e Pindorama/SP**. Mestrado em desenvolvimento territorial e meio ambiente instituição de ensino: Universidade de Araraquara, Araraquara biblioteca depositária: Centro Universitário de Araraquara. Araraquara, 2015. 105p.

TEIXEIRA, M. G., BARRETO, M. L., GUERRA, Z. Epidemiologia e medidas de

prevenção da dengue. **Informe epidemiológico do SUS**, v. 8, n 4,1999. p. 5-33.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração.** – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2009. 162p.